

MEIRELLES NO SENADO

“Crescimento econômico vai se tornar visível a partir de julho”

O crescimento econômico deverá ter mais visibilidade a partir de julho, conforme previsão do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Ao depor na Comissão de Assuntos Econômicos, ele

disse que é necessário um intervalo de tempo entre o início da retomada do crescimento e a percepção do processo pela sociedade. Vários senadores debateram com Meirelles a questão dos juros.



Célio Azevedo

Henrique Meirelles (ao microfone) na CAE, com Tebet e Paulo Octávio

Página 4

Fórum entrega a Paim documento em favor da unicidade sindical

Sugestões para o aperfeiçoamento da organização sindical foram apresentadas ontem ao vice-presidente do Senado, Paulo Paim, pelo Fórum Sindical dos Trabalhadores. As entidades se posicionaram a favor da unicidade sindical e criticaram a proposta do governo sobre o assunto.

Página 2

Comissão acolhe acordo com EUA e voto de aplauso a FHC

Acordo entre o Brasil e os Estados Unidos para combater o tráfico de drogas e o contrabando foi acolhido pela Comissão de Relações Exteriores. A CRE também aprovou voto de aplauso a Fernando Henrique Cardoso, em cujo governo, segundo a FAO, se conseguiu diminuir a fome.

Página 7

Senadores aprovam mais três medidas provisórias

Entre as MPs acolhidas, está a que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) a produzir remédios destinados ao programa Farmácias Populares, considerado um dos mais importantes do governo

Página 3



Moreira Mariz

DECISÕES Membros da CPI aprovam convocação de ex-juiz federal e pedido de documentos que comprovariam conta de Maluf na Suíça

CPI quebra sigilo telefônico e bancário de Armando Mellão

Senadores querem ter acesso a dados referentes a ex-presidente da Câmara Municipal de São Paulo preso por extorsão. Antero de Barros, José Mentor e Rodrigo Maia abrem mão de seu sigilo telefônico e bancário para provar que não têm nenhum vínculo com ação de ex-vereador junto a empresários paulistas

Página 8

Paim recebe proposta de reforma sindical

■ Senador manifesta apoio ao modelo apresentado pelo Fórum Sindical dos Trabalhadores

No exercício da presidência do Senado, Paulo Paim (PT-RS) recebeu ontem representantes do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), que lhe entregaram documento defendendo modelo de aperfeiçoamento da organização sindical, capaz de democratizar a gestão e fortalecer as entidades de base, revigorando sua autonomia. Paim deu pleno apoio à proposta e disse que a idéia do governo nesse assunto só divide o movimento sindical.

O documento foi lido pelo



UNIDADE Documento entregue por representante do FST a Paim reúne sugestões dos sindicatos, que criticam o projeto do governo

presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, João Domingos Gomes dos Santos, que criticou a proposta que o governo deverá encaminhar ao Congresso. Ele afirmou que a proposta do FST mantém a unicidade, o sistema

confederativo, a estrutura vigente do custeio com a contribuição sindical, a garantia de exclusividade dos sindicatos na prerrogativa da negociação coletiva e a organização no local de trabalho.

Na leitura do documento,

João Domingos assinalou que o projeto em elaboração pelo governo contém ameaças contra os trabalhadores e os sindicatos, assim como “uma concepção divisionista e anárquica, destinada a pulverizar e aniquilar a maioria das entidades existentes, além de retroceder muitas décadas, ao engessar todos com um atrelamento jamais visto”.

Tendo realizado uma manifestação sindical com milhares de pessoas em frente ao Congresso Nacional, os representantes do FST anunciaram a Paulo Paim que se manterão firmes na luta contra o projeto do governo, “ampliando a denúncia do que se prenuncia e mobilizando cada um dos milhares de dirigentes para essa nova cruzada”.

Paim reconheceu que o documento reflete os esforços para criação de empregos, distribuição de renda e crescimento econômico. O senador disse que, nesse momento, não é discutindo reforma sindical ou reforma trabalhista que se vai viabilizar emprego e renda.

– É preciso discutir, sim, redução de jornada, sem redução de salário, e dar incentivos fiscais para aquelas empresas que realmente adotarem a redução de jornada e empregarem novos trabalhadores – defendeu Paulo Paim.

O senador afirmou também que “esse movimento não é contra ninguém, é a favor do governo e a favor do Brasil”. Ele concluiu dizendo não acreditar que as reformas trabalhista ou sindical sejam votadas este ano.

Padre Cícero é homenageado em Plenário por Reginaldo Duarte

O senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE) registrou ontem em Plenário os 160 anos do nascimento do padre e político



Padre foi o maior cearense do século 20, diz Reginaldo

Cícero Romão Batista, o Padre Cícero, considerado por ele como “o maior cearense do século 20”. Reginaldo, que relatou a trajetória do religioso nascido no Crato (CE), recebeu elogios de Arthur Virgílio (PSDB-CE) e Mão Santa (PMDB-PI), em apartes.

recebeu elogios de Arthur Virgílio (PSDB-CE) e Mão Santa (PMDB-PI), em apartes.

Agenda

Plenário realiza sessão não deliberativa às 9h

O Plenário realiza hoje, a partir das 9h, sessão não deliberativa, ou seja, sem a votação de matérias. Os primeiros parlamentares inscritos para discursar na tribuna são a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

e o senador Romeu Tuma (PFL-SP). Na próxima semana, os senadores dão seqüência à votação das medidas provisórias que trancam a pauta de votações da Casa desde o último dia 17.

CPI da Exploração Sexual realiza diligência

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual reúne-se hoje em Soledade (RS) para ouvir Jandir e Arduíno Lodi, acusados de participar de rede de aliciamento sexual. Os dois irmãos já foram convocados duas vezes para prestar esclarecimentos na comissão, mas não compareceram. Na terça-feira, a CPI realiza audiências no Rio de Janeiro.



Sistemas de informação

Será realizado hoje, a partir das 9h, o último dia do “Ciclo de Palestras sobre Sistemas de Informação no Legislativo”. O evento é uma iniciativa da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) e da Biblioteca do Senado.

Verissimo na TV Senado

O escritor gaúcho Luis Fernando Verissimo é o convidado especial do programa *Leituras*, exibido pela TV Senado amanhã, às 20h. Ele fala, entre outros temas, sobre o seu novo livro, *Banquete com os Deuses*.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellano
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

País não precisa dos jogos de bingo, afirma Sibá Machado

O senador Sibá Machado (PT-AC) declarou ontem que é contra a legalização do jogo de bingo no Brasil.

Ele afirmou que sua convicção nasceu de questionamentos sobre a real quantidade de empregos que podem ser gerados pela legalização dos bingos, o custo da estrutura que o Estado teria que criar para combater os efeitos maléficos do jogo e a forma como ele é utilizado para fazer a lavagem de dinheiro.

– As respostas a essas perguntas me levaram a ter a convicção de que o Brasil não precisa de bingos – afirmou.

Sibá lembrou que, enquanto a Associação Brasileira de Bingos (Abrabin) e a Federação Brasileira de Bingos afirmam que o setor é responsável por 120 mil empregos diretos e 200 mil indiretos, o jornal *Folha de S. Paulo* revelou, em 15 de março, que são no máximo 71.950 funcionários, uma diferença de 40%.

Em aparte, Leomar Quintanilha (PMDB-TO) disse que os manifestantes que foram às ruas só queriam manter seus empregos.



Para Sibá, governo não deve legalizar as casas de jogo

Ministro nega liminar para instalação da CPI dos Bingos

O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, negou ontem os pedidos de liminares em cinco mandados de segurança que pediam garantias de instalação da CPI dos Bingos. Os autores dos mandados, senadores Efraim Moraes (PFL-PB), Jorge Bornhausen (PFL-SC), José Jorge (PFL-PE), José Agripino (PFL-RN) e Demostenes Torres (PFL-GO) alegam que o presidente do Senado, José Sarney, infringiu a Constituição ao se negar a indicar os integrantes da CPI oriundos de partidos da base governista, que decidiram não participar da comissão.

A decisão do ministro se refere somente ao pedido de liminar. O mérito do questionamento dos senadores será submetido ao Plenário do STF.

Celso de Mello afirmou que não viu justificativa para deferir a liminar porque a questão não traz o que chamou de "plausibilidade jurídica e risco de lesão irreparável ao direito". No voto, entretanto, ele disse que a matéria "impõe graves reflexões a propósito do reconhecimento da existência de um verdadeiro estatuto constitucional das minorias parlamentares".

Relator muda PEC paralela na Câmara

O deputado José Pimentel (PT-CE), relator da PEC paralela da Previdência (227/04) na comissão especial da Câmara, apresentou ontem seu relatório com mudanças ao texto aprovado pelo Senado.

De acordo com a Agência Câmara, o relator modificou o trecho da proposta do Senado que garantia aposentadoria integral e paridade plena aos funcionários que ingressassem no serviço público até a promulgação da emenda. A proposta de Pimentel é de que o benefício seja concedido somente àqueles que tenham sido admitidos até 16 de dezembro de 1998.

O texto do relatório chegou a ser lido na comissão, mas vários deputados pediram mais tempo para analisar a matéria, o que adiou o debate das alterações para a tarde da próxima quarta-feira.

ORDEM DO DIA

Prosegue em Plenário a aprovação de medidas provisórias, apesar de críticas dos senadores ao pouco tempo destinado à discussão das matérias na Casa

Fiocruz deverá produzir remédios para programa Farmácias Populares

Por unanimidade, o Plenário do Senado aprovou ontem a medida provisória que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) a produzir remédios destinados ao programa Farmácias Populares. O programa, considerado um dos mais importantes do governo Luiz Inácio Lula da Silva, pretende vender medicamentos com preços de 30% a 70% mais baixos que as farmácias comuns.

A medida provisória recebeu alterações mínimas do Congresso e agora será enviada à sanção do presidente da República. Na prática, a Fiocruz será "o braço instrumental" do governo no Farmácias Populares, conforme o relator-revisor, Roberto Saturnino (PT-RJ).

A MP autoriza ainda a Fiocruz a comprar medicamentos de outros laboratórios oficiais



Fotos: Rosevelt Finheio

PAPÉL Fundação será braço instrumental do governo, diz Saturnino, relator da matéria

para repassá-los ao novo programa. Se houver necessidade, a fundação também poderá comprar no mercado remédios genéricos, produzidos por empresas privadas, para abastecer o programa.

– O programa Farmácias Populares será implantado pelo governo progressivamente, a começar pelas áreas metropolitanas, em que se concentra o grosso da pobreza urbana – informou Saturnino.

Capacidade ociosa

A Fiocruz e outros 17 laboratórios oficiais já produzem cerca de 7 bilhões de unidades de medicamentos por ano, destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS), mas trabalham com capacidade ociosa. O relator acredita que eles poderão produzir até 4 bilhões de unidades por ano para o Farmácias Populares, que deverá vender cerca de 85 remédios básicos, a preço de custo.

Os laboratórios oficiais contam neste ano com um orçamento de investimento de R\$ 80 milhões, sendo R\$ 10,5 mi-

lhões da Fiocruz, o que garante o início da produção dos remédios para o programa, disse Saturnino.

No debate da matéria, Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que seu partido apóia a proposta e seus senadores dariam voto favorável à medida provisória.

– Eis uma prova de que o PSDB apóia MPs, quando o assunto é relevante e urgente. No entanto, o PSDB ficará atento para cobrar do governo se o programa não deslanchar – observou Alvaro Dias.

Durante a discussão do projeto na Câmara, os partidos de oposição tentaram incluir um artigo para obrigar a Fiocruz a realizar licitação para as compras dos remédios, mas a base do governo considerou desnecessária a exigência.

União terá mais prazo para cobrança de dívidas

O Senado aprovou ontem Medida Provisória (MP) 152/03, que amplia de cinco para dez anos o prazo de decadência (perda de direitos) para o lançamento de créditos de receitas patrimoniais da União. A MP altera a Lei 9.636/98, que trata da administração dos bens da União, como imóveis e participações societárias em empresas.

Na prática, a MP dá ao governo o prazo de até dez anos para que ele reconheça dívida de pessoa física ou jurídica com a União, sem que essa dívida seja extinta. Somente após o reconhecimento é que começa a vigorar o prazo de cinco anos para prescrição do débito, caso ele não seja cobrado pela Fazenda Nacional. A matéria agora vai à promulgação.

O governo federal alega que a edição da medida foi necessária já que a Secretaria de Patrimônio da União, órgão do Ministério do Planejamento, não tem estrutura de pessoal nem de equipamento suficientes para gerir os bens da União. Assim, boa parte das receitas devidas à Fazenda Nacional

prescrevem antes mesmo que o poder público consiga cobrar dos devedores. Para o Tribunal de Contas da União (TCU), há estimativa de perda de arrecadação potencial de R\$ 1 bilhão devido ao atual prazo de decadência (cinco anos).

Durante a discussão da MP, a senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) pediu informações sobre a matéria, porque só havia recebido o texto momentos antes da votação. Os senadores Mão Santa (PMDB-PI) e Alvaro Dias (PSDB-PR) criticaram a adoção da medida provisória, uma vez que não havia, segundo eles, urgência que justificassem a matéria.

Jefferson Péres (PDT-AM) criticou o fato de, mais uma vez, a ordem do dia do Senado incluir apenas MPs. Ele comentou que agora, em vez do Congresso, quem legisla é o Executivo. Na avaliação de Alvaro Dias, o grande número de MPs "revela a vocação autoritária do governo".

Já Romero Jucá (PMDB-RR) pediu o voto favorável para a MP por entender que ela é importante para reestruturar a cobrança do patrimônio da União.

Aprovada taxa de avaliação para credenciar faculdade

Foi aprovada ontem, em Plenário, a instituição da taxa de avaliação *in loco* das faculdades, universidades e cursos de graduação particulares. Constante do Projeto de Lei de Conversão 14/04, a taxa foi instituída pela Medida Provisória 153/03, para poder ser cobrada a partir deste ano, e será revertida em favor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), como forma de ressarcimento pelos custos do serviço.

Serão cobrados R\$ 6.960 por avaliação, mais R\$ 3.480 por avaliador, sempre que a comissão avaliadora tiver mais de dois membros. A isenção da taxa para as instituições de ensino superior públicas foi introduzida por meio de emenda apresentada pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). A isenção estava prevista na MP, mas foi retirada pela Câmara, de acordo com o relator-revisor da matéria no Senado, Rodolpho Tourinho (PFL-BA). Para Lúcia Vânia, as instituições públicas já passam por grave crise e não teriam condições de arcar com os custos do credenciamento.



EMENDA Senado mantém isenção de taxas para instituição pública, informa Tourinho

A taxa que o Inep vinha cobrando das universidades e faculdades antes da MP era de R\$ 6 mil e havia sido fixada por meio de portaria, mas estava sendo questionada na Justiça.

As instituições avaliadas (e aprovadas) receberão certificado de credenciamento com validade de cinco anos, com exceção das universidades, cujo prazo poderá ser de até dez anos. Nesse aspecto, o projeto foi criticado por Hélio Costa (PMDB-MG), que lamentou a pouca discussão da matéria. Ele acha que instituições menores terão pouco incentivo para investimentos.

Crescimento será visto em julho, diz Meirelles

■ Segundo o presidente do Banco Central, ouvido ontem por senadores, o país já começou a crescer

O presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, previu ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que o crescimento econômico deverá ter maior visibilidade a partir de julho. Segundo ele, é necessário intervalo de tempo entre a retomada do crescimento e a percepção do processo pela sociedade. Por isso, explicou, o início do crescimento no terceiro trimestre do ano passado deverá dar sinais mais evidentes no fim de 2004.

As afirmações foram feitas pelo presidente do BC em resposta ao senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que se disse preocupado com a ausên-



Fotos: Célio Azevedo

DEBATE Ramez Tebet, entre Henrique Meirelles e Paulo Octávio, preside a audiência na Comissão de Assuntos Econômicos

cia de sinais de crescimento, apesar dos anúncios da equipe econômica.

O senador César Borges (PFL-BA) alertou para a paralisia econômica do país, e salientou que a realidade vista pela sociedade é diferente da percebida pelo governo. Ele lembrou a queda do Produto Interno Bruto (PIB) no ano passado e

cobrou investimentos e controle das tarifas dos serviços administrados pelo governo.

Ao ressaltar a preocupação do governo com a busca de crescimento sustentável, Meirelles reforçou que a economia está entrando em ciclo de crescimento sustentado e observou que, apesar da redução do PIB em 2003, houve recuperação

no segundo semestre.

De acordo com Meirelles, o aumento da oferta de bens e serviços, juntamente com mais oferta de emprego, também figura entre as preocupações do Comitê de Política Monetária (Copom). Meirelles citou a elevação do nível de emprego – de junho do ano passado a janeiro deste ano –, segundo o Ministério do Trabalho. Ele falou em resposta ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que cobrou do Copom atenção maior ao desemprego.

Meirelles assegurou a Suplicy que o governo está buscando com o Fundo Monetário Internacional (FMI), e com outros países do Mercosul, mudança nos critérios de cálculo do déficit público para permitir investimentos públicos maiores.

O presidente do BC informou não ser recomendável alterar o sistema de metas de inflação, uma vez que as taxas estão con-

vergindo para as metas traçadas pelo governo. As expectativas do mercado estão pouco acima de 6%, enquanto a meta do governo está em torno de 5%, avaliou.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo, salientou que os dados apresentados por Meirelles demonstram o êxito do ajuste econômico do ano passado. A “queda espetacular” da inflação de 26% para 9% é exemplo disso, destacou. Conforme Mercadante, houve “manifestações oportunistas irresponsáveis” de lideranças da base do governo sobre a política econômica, mas assinalou não ver as notas divulgadas recentemente pelo PT e pelo PMDB nesse quadro.

– Os partidos estão contribuindo para a evolução do processo ao apresentarem sugestões. A irresponsabilidade vem da oposição – afirmou.

“Na prática, o BC já dispõe de autonomia”

O Banco Central já dispõe de autonomia prática para conduzir a política monetária do país, afirmou o presidente da instituição, Henrique Meirelles. Ele observou que a apresentação de projeto de lei nesse sentido depende de iniciativa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Autor da proposta (PLS 317/03) para definir o modelo da autonomia operacional do banco, Rodolpho Tourinho (PFL-BA) reconheceu que atualmente o BC dispõe de mais liberdade do que em governos anteriores.

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) pediu a Meirelles a definição do prazo para que o tema entre na agenda do governo. E o senador Eduardo Azevedo (PSDB-MG) disse que, mesmo na oposição, reconhecia os avanços da política econômica, ao contrário de “aliados do governo”.

A Paulo Octávio (PFL-DF), Meirelles salientou que medidas deverão garantir aplicações adicionais de R\$ 1,6 bilhão na construção civil em 2004. Mão Santa (PMDB-PI) lembrou a persistência do desemprego. Já o senador Aelton Freitas (PL-MG) solicitou informações sobre liquidação dos bancos Econômico, Nacional e Mercantil.

Senadores cobram redução das taxas de juros

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, disse à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em resposta ao senador Eduardo Suplicy, que a instituição que preside não está hesitando em baixar as taxas básicas de juros, e ressaltou que houve queda de dez pontos percentuais desde maio do ano passado. Ele ponderou, entretanto, ser necessário manter comportamento responsável, sendo “normal que se dê uma parada de vez em quando para olhar os efeitos nos níveis de inflação”.

Ao ser questionado pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), Meirelles concordou que a taxa de juros reflete o risco percebido do país, reflexo de

vários componentes que podem afetar a percepção da capacidade de manter compromissos futuros. Jereissati cobrou mais ousadia na queda dos juros, mas questionou se seria possível a redução da taxa básica pelo Comitê de Política Monetária (Copom) diante de um quadro político de instabilidade, em que setores de apoio ao governo estão criticando a política econômica.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que houve cautela excessiva na queda de juros por parte do Copom, e observou que o país poderia testar uma taxa de 8% em curto prazo.

Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu medidas administrati-

vas da equipe econômica para obrigar as instituições financeiras a baixarem os juros, pois, salientou, a queda da taxa Selic não está sendo acompanhada na prática. O senador José Agripino (PFL-RN) disse que esperava mais ousadia de Meirelles na queda de juros.

– Essa história de baixar em 0,25 ponto percentual a taxa de juros pega mal – afirmou.

O presidente do BC respondeu a Agripino que ousadia pode significar atitudes que não dêem resultados concretos, e citou como exemplos de experiências fracassadas, no país, o congelamento de preços, o confisco da poupança e a declaração de moratória.



ATENÇÃO Senadores acompanham o depoimento do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles

Nova Lei de Falências terá parecer logo

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ramez Tebet (PMDB-MS), anunciou que apresentará nos próximos dias parecer sobre o projeto da Lei de Falências (PLC 71/03), o qual relata. Ele disse que poderá convocar reunião extraordinária da comissão para divulgar o relatório.

O anúncio ocorreu em resposta ao líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP). O líder perguntou se haveria possibilidade de apresentação do relatório até terça-feira, quando deverá ocorrer audiência com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Como certamente haveria pedido de vista, observou, a comissão poderia dar início à votação da proposta na primeira semana de abril.

Tebet não se comprometeu a apresentar o relatório na terça-feira, uma vez que vem mantendo entendimentos inclusive com os ministérios da Fazenda e da Justiça, mas afirmou que em breve convocará a comissão para discutir o tema. O senador classificou o projeto como “um dos mais importantes em tramitação”.



DESAFIO Maguito Vilela espera que opositoristas apresentem sugestões

Maguito: problemas se devem também aos desacertos do passado

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) fez defesa veemente do governo Lula e acusou os representantes dos partidos de oposição de tentarem se apresentar "como bons brasileiros", quando os atuais problemas se devem "também aos desacertos" dos oito anos do governo anterior.

O senador por Goiás, vice-presidente nacional do PMDB, desafiou as oposições a apresentarem suges-

tões para reduzir com rapidez o desemprego, para baixar os juros sem fuga de investidores e para retomada do crescimento imediato da economia.

Maguito anunciou a apresentação de dois projetos que, afirmou, irão colaborar para o aumento do emprego e até da arrecadação. O primeiro determina que o governo terá de corrigir anualmente os valo-

res que permitem a uma empresa usufruir os benefícios do Simples – programa que prevê um regime tributário simplificado para as micro e pequenas empresas.

O segundo projeto busca eliminar as vedações que impedem empresas de aderirem ao Simples. Hoje, não podem fazer a opção empresas de conservação e limpeza, de vigilância, de construção civil, de ativi-

dades financeiras e empresas que explorem profissão que dependa de habilitação profissional.

O pronunciamento de Maguito foi apoiado pelos senadores Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Hélio Costa (PMDB-MG), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Tião Viana (PT-AC). O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) contestou as afirmações de Maguito sobre o governo passado.

Oposição lança Frente pela Ética e pelo Emprego

O PSDB, PFL e PDT lançaram ontem a Frente de Oposição pela Ética e pelo Emprego. Na reunião, realizada no Senado, foi lida uma carta à nação explicando que esses partidos decidiram se unir em favor da ética e do emprego para fazer frente à "onda de frustração" que toma conta do país. Conforme texto da carta, a corrupção e o desemprego corroem a coesão social. Não há risco de golpe nem conspiração, mas há frustração crescente da população diante de promessas de campanha não cumpridas, afirmam os opositoristas.

O líder do PDT no Senado, Jefferson Péres (AM), observou que o pacto não visa às eleições. Ele explicou que a formação de uma frente com partidos tão diferentes não deve causar estranheza. "O que diferencia os partidos é sua posição de respeito à coisa pública."

O ex-senador José Serra, presidente nacional do PSDB, declarou que o objetivo da reunião das oposições é unir forças políticas pelo bem do Brasil. Serra cobrou um programa de governo. O presidente nacional do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), ressaltou que a nação reclama uma explicação do governo sobre o comportamento ético de seus membros e sobre o desempenho fracassado na conquista de novos empregos.

Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, se disse orgulhoso de participar da frente e afirmou que esse segmento está cumprindo seu papel de fiscalizar. José Agripino (RN), líder do PFL, declarou que a oposição precisa agir, sob pena de ser conivente com a situação. Participaram da reunião diversos parlamentares, como os senadores Antero Paes de Barros (PSDB-MT), César Borges (PFL-BA) e Efraim Morais (PFL-PB).

Ideli cobra debate que não impeça crescimento

■ Senadora cita indícios de reativação da economia e adverte para efeito negativo de críticas destrutivas

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), pediu que o debate sobre a política econômica seja feito de modo a que não se perca o "rumo do crescimento". Dirigindo-se à oposição, mas também à situação, a senadora citou alguns indícios de reativação da economia e advertiu para o efeito negativo das críticas destrutivas.

– Se da base do governo vem o que a imprensa chama de "fogo amigo", dos opositores vem o "bombardeio inimigo" – disse a senadora, que se referiu também à "boataria" e ao "piti" das últimas semanas para afirmar que os "ruídos e o clima de preocupação e turbulência"



ORIGEM Para Ideli Salvatti, turbulência se deve à perspectiva de eleições

têm como origem a perspectiva das eleições municipais de 3 de outubro.

Aproveitando os números apresentados ontem pelo presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Ideli chamou a atenção

para as boas novas. Disse que os juros ao tomador final, embora ainda altos, são os menores nos últimos três anos: 64,2% ao ano. No caso dos juros reais (taxa fixada pelo BC, descontada a inflação) a taxa está em 9% ao ano, o menor percentual do período pós-Plano Real.

Ideli lembrou a retomada das vendas no varejo em dezembro de 2003 e janeiro deste ano, melhor resultado desde janeiro de 2000; o saldo comercial de US\$ 5,1 bilhões apurado até o momento em 2004; a recuperação salarial (igual ou superior à inflação) verificada em 58% dos dissídios coletivos do último trimestre de 2003; e a criação de 239 mil empregos com carteira assinada no primeiro bimestre de 2004, melhor resultado em 12 anos.

– Até o *Financial Times* [jornal inglês] classificou como impressionantes as realizações em 15 meses de governo Lula.

Hélio Costa garante o apoio dos senadores do PMDB ao governo Lula

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) afirmou que, apesar de concordar com todos os sete pontos cobrados pelo Diretório Nacional do PMDB em nota oficial divulgada na quarta-feira pelo presidente do partido, Michel Temer, discorda da decisão de impor como condição de apoio ao governo o cumprimento das exigências dos peemedebistas. Ele informou que esse condicionante é dos deputados, não dos senadores.

– No Senado, nós continuamos a apoiar o governo Luiz Inácio Lula da Silva com o firme compromisso da responsabilidade legislativa e de garantir a governabilidade.



RESPONSABILIDADE Segundo Costa, PMDB tem compromisso com a governabilidade

Hélio Costa enumerou ponto por ponto da nota do PMDB e disse que é difícil não encontrar quem não apóie, por exemplo, a redução da carga tributária sobre as pequenas e mé-

dias empresas, a correção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física, a redução da taxa de juros e uma definição clara de um programa de investimentos em infra-estrutura.

Em aparte, José Jorge (PFL-PE) afirmou que a oposição concorda na íntegra com a nota emitida pelo Diretório Nacional do PMDB. Maguito Vilela (PMDB-GO) elogiou a análise de Hélio Costa e manifestou confiança de que o governo quer e vai buscar o cumprimento dos pontos citados na nota do seu partido. Heráclito Fortes (PFL-PI) disse que todas as crises que o governo vem enfrentando foram provocadas por seus próprios integrantes.



ESTATÍSTICA Alvaro Dias resalta que desemprego na Grande São Paulo chega a 19,8%

Alvaro: discurso governista afronta a realidade

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse ontem que os pronunciamentos das lideranças governistas "passam a impressão de que estamos vivendo em países diferentes". Para ele, há um confronto claro entre o discurso e a realidade vivida pelo país.

Como exemplo, Alvaro Dias citou dados divulgados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) que revelam o maior índice de desemprego na Grande São Paulo desde fevereiro de 1985, atingindo 19,8% da população economicamente ativa.

– Esta manhã, na Comissão de Assuntos Sociais, o presidente do Banco Central afirmou que há aumento de emprego e de massa salarial no Brasil. A própria ata do Copom [Comitê de Política Monetária] o desmente. Não entendo como conseguem mentir com tanta desfaçatez para tentar enganar a população – disse.

Para o senador, a crise do governo ultrapassa o caso Waldomiro Diniz e fez o risco Brasil crescer 30,5% acima da média dos países em desenvolvimento. Nesse cenário, completou, é que os partidos de oposição e alguns dissidentes dos partidos da base governista se organizaram na frente parlamentar de oposição.



MEMÓRIA Eduardo destaca que alvará de João VI determinava a separação do norte de Goiás

Eduardo lembra data da autonomia do Tocantins

Ao lembrar a luta que foi travada desde 1809 pela criação do Tocantins, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) registrou a passagem da data comemorativa da autonomia do estado – 18 de março. Nessa data, segundo disse, dom João VI editara alvará que dividia a comarca da capitania de Goiás em duas, como forma de garantir o acesso da população à Justiça e desenvolver a parte norte da então capitania.

– No entanto, o alvará de 18 de março de 1809 constituía apenas o começo de longa luta, que só haveria de chegar à vitória 179 anos depois, quando a Constituinte, acatando os anseios e a luta do povo do norte goiano, consagrava a criação do Tocantins.

Eduardo relatou episódio ocorrido em 1821, quando rebeldes proclamaram a autonomia provincial do norte goiano e conclamaram o povo à resistência contra o jugo do governo de Goiás.

Ele destacou que, em 27 de julho de 1988, o então deputado Siqueira Campos (seu pai), ao defender a criação do estado, conseguiu emocionar a Constituinte “ao proferir o que tenha sido, talvez, o menor pronunciamento de sua vida, mas, sem dúvida, o mais sincero, o mais emocionado, o mais significativo para a história”.



COMPROVAÇÃO Motta cita abandono de rodovias e veto à venda da Garoto à Nestlé

Cesar Borges protesta contra “excesso” de MPs

■ Ele classifica de intolerável a suspensão, por medida provisória, de artigos do Estatuto do Desarmamento

O senador César Borges (PFL-BA) protestou, em discurso no Plenário, contra o que chamou de “enxurrada” de medidas provisórias editadas pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Ele qualificou de intolerável a suspensão, por meio da MP 174/04, do início da vigência de três artigos do Estatuto do Desarmamento relativos ao registro e à autorização do porte de armas de fogo.

O parlamentar lembrou que o estatuto foi aprovado pelo Congresso Nacional depois de longa tramitação, e sancionado pelo presidente da República em 23 de dezembro passado.

– Como o governo não fez seu dever de casa, regulamentando-o em 90 dias, usa o recurso da medida provisória para postergar sua entrada em vigor, até que seja elaborada regulamentação, ou seja, o estatuto virou letra morta – lamentou.

Borges observou que um dos



CRÍTICA Para Borges, governo não fez dever de casa ao deixar de regulamentar a lei no prazo

dispositivos que está suspenso por força da MP diz respeito ao cancelamento de todos os portes de armas concedidos no país, excetuando-se os atribuídos a integrantes das forças de segurança. O artigo entraria em vigor 90 dias depois da sanção, independentemente da regulamentação, afirmou.

O senador pela Bahia ressaltou que essa atitude do Executivo representa total desrespeito a 82% da população que se manifestaram a favor da imediata entrada em vigor do Estatuto do Desarmamento, em

recente pesquisa de opinião.

Responsabilidade

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) considerou “absolutismo” do governo editar MPs sobre tudo. Ele reconheceu ser do Congresso Nacional parte da responsabilidade, porque deveria rejeitar as medidas provisórias que não fossem urgentes e relevantes conforme exige a Constituição.

Também apartando, a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), disse que, das 176 MPs editadas desde outubro de 2001, o governo Lula é responsável por 74, uma vez que as demais 102 foram assinadas pelo governo Fernando Henrique, nos últimos meses de sua administração.

Já o senador Hélio Costa (PMDB-MG) observou que o excesso de MPs poderia ser contornado caso seja analisada a proposta de emenda à Constituição de sua autoria que exige a aprovação prévia da Mesa do Congresso para que uma MP pudesse ser editada. Os senadores Gerson Camata (PMDB-ES) e Sérgio Guerra (PSDB-PE) também criticaram o grande número de medidas provisórias.

Garibaldi Alves critica baixo reajuste anunciado para os servidores inativos

A decisão do governo de conceder aos 615 mil aposentados da União apenas 10% do aumento atribuído aos funcionários da ativa foi criticada pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

– Os aposentados sentem-se feridos, agredidos, por perderem o direito à paridade, conforme estabelecido na proposta de emenda constitucional que tramita na Câmara, a chamada PEC paralela.

O senador citou noticiário do *Correio Braziliense* em que o presidente do Mosap, entidade que representa os aposentados e pensionistas, anuncia a disposição de recorrer à Justiça. Para Garibaldi, o líder dos aposentados menciona norma da Constituição que garante aos inativos os mesmos direitos e vantagens do pessoal da ativa. Mas o dispositivo invocado, lembra o jornal, foi modificado pela reforma da Previdência.



REAÇÃO Segundo Garibaldi Alves, decisão do governo é uma agressão aos aposentados

Motta afirma que o governo federal abandonou o Espírito Santo

Para o senador João Batista Motta (PMDB-ES), o governo federal abandonou inteiramente o Espírito Santo. Ele citou o abandono das estradas que cruzam o estado, principalmente a BR-101; o esquecimento, pela liderança governista, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que extingue os terrenos de marinha; e o apoio à decisão do

Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que veta a compra da fábrica da Chocolates Garoto pela Nestlé.

O parlamentar também criticou a proibição de que as *trading companies* que armazenam e transportam produtos farmacêuticos em processo de produção operem no Porto de Vitória.

– Do jeito que está, os produtos importados necessários à produção de remédios são forçados a desembarcar nos portos do Rio de Janeiro e Santos, sem os devidos cuidados de climatização e transporte – afirmou, explicando que várias empresas que operam em Vitória se especializaram no assunto.

Em aparte, o senador Gerson



EXIGÊNCIA José Jorge cobra mais esclarecimentos sobre contrato com a GTech

José Jorge quer convocação de dirigentes da Caixa pela CAE

O senador José Jorge (PFL-PE) pediu aos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que compareçam hoje à reunião em que deverá ser votado requerimento de convocação do presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, e mais dois outros dirigentes da instituição, para prestarem esclarecimentos sobre o contrato firmado com a empresa GTech.

Ele disse que no mesmo dia em que formulou o seu requerimento na CAE, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apresentou um pedido exatamente igual, na Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), da qual é presidente, tendo sido aprovada naquele colegiado a convocação apenas do presidente da entidade.

– Não compareci à audiência pública porque acredito que não foi a forma correta. O presidente da Caixa fez uma palestra sobre o caso e, mesmo sozinho, caiu numa série de contradições e não esclareceu nada – afirmou.

José Jorge argumentou que durante a semana surgiu uma série de fatos novos e que, por isso, insistia na convocação dos vice-presidentes, mesmo que o presidente da Caixa não compareça, porque já esteve no Senado para tratar do mesmo assunto.

Camata (PMDB-ES) disse que ficou estarecido com o apoio declarado pelo governo à decisão do Cade.

Motta pediu o cancelamento da criação do Parque Nacional Marinho de Santa Cruz, no litoral capixaba, a fim de que empresas que atuam na área, como Aracruz Celulose, Petrobras e Docas do Espírito Santo, continuem suas operações.

Mantega confirma ida à CMO, que convoca Palocci

Depois de cancelar na véspera a audiência que teria ontem com os integrantes da Comissão Mista de Orçamento (CMO), o ministro do Planejamento, Guido Mantega, confirmou sua presença no dia 13 de abril, às 15h. Ao transmitir a informação, o vice-presidente do órgão, deputado Pauderney Avelino (PFL-AM), aceitou pedido dos parlamentares para antecipar o encontro para as 14h.

A decisão de adiar a reunião com os parlamentares da comissão foi uma alternativa do governo para evitar discussões que poderiam colocar mais "lenha na fogueira", como explicou o líder do governo no Congresso Nacional, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), à Agência Senado.

— A sociedade está cobrando ações concretas do governo. E nós queremos trabalhar — declarou Bezerra.

Mantega deveria ter comparecido à comissão para esclare-

cer o decreto que contingenciou R\$ 6 bilhões do Orçamento Geral da União (OGU) deste ano. Mas o ministro do Planejamento alegou oficialmente que teria encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o que acabou acontecendo pela manhã, enquanto a audiência seria à tarde.

Pauderney Avelino também exigiu do governo o cumprimento dos acordos para repasse das verbas da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para os municípios até o final de junho, antes, portanto, da proibição imposta pela lei eleitoral.

A Comissão de Orçamento aprovou requerimento do deputado José Carlos Machado (PFL-SE) para realizar audiência com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, a fim de esclarecer suas declarações à imprensa sobre como pretende implantar "um superávit variável sem, contudo, aumentar ou reduzir este mesmo superávit".



INTERAÇÃO Suplicy preside reunião da comissão que discutiu e votou acordos internacionais

Combate ao contrabando une Brasil, EUA e Espanha

■ CRE aprova acordos que estabelecem cooperação para prevenir também o tráfico de drogas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem o texto do acordo celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos, em junho de 2002, que prevê uma série de ações recíprocas de interação e cooperação entre as empresas aduaneiras dos dois países, destinadas a combater, principalmente, o tráfico de drogas e o contrabando. O projeto de decreto legislativo (PDL 942/03) vai agora à apreciação do Plenário do Senado.

Na mesma reunião, a CRE, presidida pelo senador Eduar-

do Suplicy (PT-SP), ratificou o texto que aprova a modificação do convênio do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD), criado em virtude de acordo constitutivo do qual o Brasil é parte signatária e que visa auxiliar o Banco Africano de Desenvolvimento a contribuir para o crescimento econômico e social dos países membros da instituição.

Foi aprovado ainda o texto do acordo entre o Brasil e a Espanha para a prevenção do consumo e controle do tráfico de drogas, celebrado em Madri em 1999. O acordo (PDL 214/04) inclui também assistência médica e a adoção de políticas de apoio à inserção social do usuário de drogas.

Os membros da CRE aprovaram também dois requerimentos. O primeiro, de autoria do senador Marcelo Crivella (PL-

RJ), encaminhando ao presidente da República do Irã, Mohammad Khatami, voto de sentimento, pesar e solidariedade do Senado brasileiro ao povo iraniano pelo acidente ferroviário que vitimou, em fevereiro, cerca de 300 pessoas naquele país.

O segundo requerimento aprovado é de autoria da líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), que solicitou voto de louvor à Fundação Suíça pela Paz e à Associação 1.000 Mulheres, pelo lançamento do Projeto Mil Mulheres – Prêmio Nobel da Paz 2005.

O objetivo do projeto, informou a senadora, é apresentar ao comitê do Prêmio Nobel sugestões de atuação de mulheres em todo o mundo, como forma de tentar reverter a tendência de escolha majoritariamente masculina.



OBSTRUÇÃO Sibá Machado (em pé, ao lado do deputado Rodrigo Maia) não pôde sequer ler o parecer sobre o Plano Plurianual

PPA adiado, mais uma vez

A obstrução do PFL, endossada pelo PSDB, impediu que o relatório do senador Sibá Machado (PT-AC) sobre o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2004 a 2007 pudesse ser lido, avançando assim na tramitação do principal item da pauta da Comissão Mista de Orçamento. Uma nova reunião da comissão foi marcada para a próxima terça-feira, a partir das 14h30.

O líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), disse à Agência Senado que a obstrução vai ser resolvida. A falta de liberação das emendas parlamentares ao orçamento deste ano, queixa principal do PFL, está sendo negociada, segundo o senador, pelo vice-líder do governo no Congresso, deputado

Virgílio Guimarães (PT-MG).

Uma outra providência foi obter do PSDB o compromisso de não obstruir a próxima reunião do colegiado se o governo conseguir garantir o quórum necessário à votação do PPA. Fernando Bezerra informou que já conversou com o deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), que lhe garantiu que não criará empecilhos se houver número regimental, estando de acordo com a leitura sintética do relatório de Sibá Machado.

Durante a reunião, Fernando Bezerra fez vários apelos para que os opositoristas aceitassem pelo menos que o relator pudesse ler o seu parecer. Mas a oposição, encabeçada pelo deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ), insistiu no cumprimento do regimento.

ACM pede demissão de Carlos Lessa

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pediu ontem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que demita o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa. Para o senador, Lessa "foi ousado" ao chamar o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso de "vendilhão da pátria", quando proferia, na última terça-feira, a aula inaugural do curso de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A solicitação foi feita durante reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) que aprovou, por unanimidade, voto de aplauso ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em virtude de a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) ter reconhecido, em relatório publicado no



DEFESA ACM diz que presidente do BNDES foi "ousado" ao se referir ao ex-presidente

final do ano passado, que durante os governos de Fernando Henrique o Brasil foi um dos poucos países do mundo que conseguiu diminuir a fome. O requerimento propondo o voto de aplauso vai agora à apreciação do Plenário do Senado.

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), autor do

requerimento solicitando o voto de aplauso, classificou as palavras do presidente do BNDES de uma "agressão tola". Ele disse que no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso o país apresentou progresso na grande maioria dos índices sociais, com estabilidade econômica.

Para o senador Jefferson Péres (PDT-AM), a aprovação do voto de aplauso pela CRE soava como um desagravo ao ex-presidente, "já que ele foi alvo de uma agressão verbal injusta e descabida". O presidente da comissão, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), e os senadores Tião Viana (PT-AC), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Cristovam Buarque (PT-DF) também ressaltaram os avanços sociais que o país obteve no governo Fernando Henrique Cardoso.

Pavan reivindica imediata duplicação de trecho da BR-101

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) pediu o imediato reinício das obras de duplicação do trecho da BR-101 entre Palhoça, em Santa Catarina, e Osório, no Rio Grande do

Sul. São cerca de 180 quilômetros que estão sendo percorridos por deputados, vereadores, líderes comunitários e pessoas que perderam parentes em acidentes naquela estrada, pedindo providências e ameaçando parar o tráfego na rodovia, registrou o senador.

Pavan lembra que maior parte da obra já foi feita

A maior parte da duplicação da BR-101, a partir de São Paulo, já foi efetivada, faltando somente os 180 quilômetros que ligam Palhoça a Osório, trecho de topografia montanhosa e, por isso, muito sujeita a acidentes rodoviários.

Leonel Pavan também fez apelo para que o governo federal socorra 133 municípios catarinenses em situação de emergência ou calamidade pública. A estiagem já dura sete meses e atinge 112 cidades e mais de 38% dos municípios de Santa Catarina.

Quintanilha apela por recuperação de rodovia federal

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) fez um apelo ao governo federal pela imediata recuperação da BR-153, rodovia federal que

começa no Rio Grande do Sul e percorre os estados de Goiás, Tocantins e Pará, sendo usada para escoamento das safras agrícolas que se destinam ao Porto de Itaqui (MA).

Quintanilha diz que safra depende da BR-153

Quintanilha informou que tem recebido correspondências de produtores apontando para prejuízos em função do estado calamitoso da rodovia. Ele reconheceu não ser o governo Lula o responsável pelo problema, mas alertou que já se passaram 15 meses sem que providências tenham sido tomadas.

O senador pelo Tocantins lembrou que um programa de recuperação das rodovias poderia resultar em geração de mais empregos.

CPI do Banestado quebra sigilo bancário de Mellão

Ex-vereador dizia-se representante de integrantes do colegiado para praticar extorsão

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) do Banestado, que investiga a evasão ilegal de divisas do Brasil por meio de contas CC-5, aprovou ontem a quebra do sigilo bancário, telefônico e fiscal do ex-presidente da Câmara Municipal de São Paulo Armando Mellão. Ele foi preso em flagrante pela Polícia Federal na semana passada quando, apresentando-se como representante de integrantes da CPI, extorquia o empresário Reinaldo de Barros.

Assinaram o requerimento de quebra do sigilo de Mellão o presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), e o relator, deputado José Mentor (PT-SP). Os dois parlamentares, juntamente com os deputados Rodrigo Maia (PFL-RJ) e Eduardo Valverde (PT-RO), pediram a quebra dos pró-



GARANTIA O deputado Mentor (E) e o senador Antero Paes de Barros pediram a quebra dos sigilos telefônico e bancário deles mesmos

prios sigilos telefônicos e bancários, para que não haja qualquer dúvida quanto à inexistência de ligações dos integrantes da comissão com as extorsões de Mellão. A polícia chegou ao ex-vereador a partir de denúncia apresentada por Mentor ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

A comissão aprovou também a convocação do ex-juiz federal João Carlos Rocha Mattos, preso durante a Operação Anaconda, da Polícia Federal, que comprovou seu envolvimento com a venda de sentenças. Além de Rocha Mattos, será chamado a depor seu colega

Casem Mazloum, que fazia parte do esquema. Os dois já tiveram os sigilos quebrados pela CPI. Foi aprovado ainda requerimento que pede a remessa, para a comissão, das provas encontradas na casa da ex-mulher de Rocha Mattos, Norma Cunha, sobre o caso.

Maluf

A documentação enviada pela Suíça ao Ministério da Justiça comprovando que o ex-prefeito de São Paulo Paulo Maluf movimentava contas naquele país será igualmente requerida pela CPI do Banestado. Requerimento nesse sentido foi aprovado ontem.

Lobão informa que Maranhão está livre da febre aftosa

Há mais de três anos não ocorre um caso de febre aftosa no rebanho bovino do Maranhão, afirmou ontem o senador Edison Lobão (PFL-MA). O senador informou que o estado, que tem um dos maiores rebanhos do Nordeste, com cerca de 6 milhões de cabeças, tem exportado em grande escala carne de boa qualidade. Lobão retificou informação do senador José Maranhão (PMDB-PB) que, em pronunciamento na quarta-feira, havia incluído aquele estado entre os que ainda não haviam erradicado a doença.



Lobão afirma que doença não ocorre há mais de 3 anos

Edison Lobão disse ter recebido as informações por meio de ofício encaminhado pela secretária estadual de Agricultura, Conceição Andrade. O senador acrescentou que o governador do estado, José Reinaldo Tavares (PFL), criou em 2002 a Agência Estadual de Defesa Agropecuária com o objetivo de evitar a contaminação dos animais. A agência conta com 18 gerências regionais e 100 escritórios de atenção veterinária.

Para Elifas, doação de vacina não evitará doença

O senador Paulo Elifas (PMDB-RO) disse acreditar que a doação de vacinas contra a febre aftosa à Bolívia não conseguirá impedir que a doença, que ataca o gado bovino, proliferar no território brasileiro, principalmente nos estados que fazem fronteira com o país andino (Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Acre).



Elifas acredita no controle de fronteiras

O comentário foi feito na quarta-feira durante a votação, no Plenário, da Medida Provisória 149/03, que autorizou o governo brasileiro a doar à Bolívia vacinas contra febre aftosa.

Para o senador de Rondônia, somente uma intervenção dos ministérios da agricultura dos países vizinhos ao Brasil pode evitar a doença. Elifas também apontou o controle das fronteiras, evitando o contrabando de gado, como uma medida mais eficaz que a doação de vacinas.

Zambiasi cobra ajuda para vítimas da seca no Rio Grande do Sul

Em nome da liderança do PTB, o senador Sérgio Zambiasi (RS) pediu ontem a liberação de recursos emergenciais para os 211 municípios do Rio Grande do Sul que sofrem com a estiagem desde janeiro. Ele informou que alguns municípios registram grandes perdas na agricultura e na produção de pescados.



Sérgio Zambiasi pede recursos emergenciais

Citando dados da Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul, o parlamentar advertiu que cerca de 150 mil produtores "podem perder tudo se o poder público não agir rapidamente", mediante ações emergenciais.

Dentre as reivindicações da federação, está parcelamento, prorrogação e anistia de dívidas dos produtores; liberação de recursos para a construção de redes de água, abertura de poços artesianos e compra de máquinas para a construção de açudes e barragens; e programa de irrigação para as regiões atingidas pela seca.

Mozarildo defende manutenção da Zona Franca de Manaus

A manutenção do atual modelo da Zona Franca de Manaus foi defendida, ontem, pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), ao destacar os progressos alcançados ao longo dos 37 anos de existência.



Mozarildo destaca êxito do programa de incentivos

Ele ressaltou que somente o pólo industrial de Manaus gera 50 mil empregos diretos e 250 mil indiretos. Mais de 200 empresas estão certificadas pela ISO 9000 e muitas delas já receberam o selo verde, da série ISO 14000, que atesta a obediência aos critérios de proteção ambiental, acrescentou.

– É preciso destacar um aspecto importantíssimo: para cada real de incentivo fiscal concedido, o poder público arrecada cerca de R\$ 0,90 em tributos e contribuições. Isso significa que a política de incentivos fiscais adotada na Zona Franca é salutar não apenas por induzir o crescimento econômico da região, mas também por evitar a sangria dos cofres públicos – frisou.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Eduardo Siqueira Campos, Sérgio Zambiasi e Mão Santa